

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

PORTARIA Nº 1.283, DE 13 DE SETEMBRO DE 2004

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.022678/2004-38 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Expressão Gráfica - EGR/CCE, instituído pelo Edital nº 0103/DRH/2004, de 26 de agosto de 2004.

Campo de Conhecimento: Ergonomia de Interface, Tratamento de Imagem e Produção Hipermídia

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Média Final
1.Claúdio Henrique da Silva	8,0

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DA SILVA

PORTARIA Nº 1.298, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.02227/2004-09 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR/CCS, instituído pelo Edital nº 103/DRH/2004, de 26 de agosto de 2004.

Campo de Conhecimento: Intercorrência Clínica do Adulto (uma vaga) e Comunidade (uma vaga)

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Nº de Vagas: 02 (duas)

Não houve candidatos aprovados

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DA SILVA

PORTARIA Nº 1.299, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.022228/2004-45 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR/CCS, instituído pelo Edital nº 0103/DRH/2004, de 26 de agosto de 2004.

Campo de Conhecimento: Intercorrência Cirúrgica

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Média Final
1.Elizabeth Martins Ribeiro	7,76

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DA SILVA

PORTARIA Nº 1.300, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004

A Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.0018026/2004-07 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Patologia - PTL/CCS, instituído pelo Edital nº 0103/DRH/2004, de 26 de agosto de 2004.

Campo de Conhecimento: Patologia Bucal

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Média Final
1.Elena Riet Correa Rivero	10,0

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS DA SILVA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 258, DE 16 DE SETEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e considerando as negociações em andamento com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para assinatura de Contrato de Empréstimo destinado ao financiamento do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE do Governo Federal, resolve:

Art. 1º - Constituir, na Secretaria de Política Econômica - SPE, a Unidade de Coordenação do Programa (UCP/SPE) do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE, que executará suas atribuições sob a "supervisão direta do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, cabendo-lhe: (i) a condução do relacionamento com o BIRD e demais integrantes na implementação do Programa; e (ii) a avaliação global e monitoramento da implementação do Programa, inclusive a consolidação de informações em progresso, em base semestral e anual.

§ 1º - A UCP/SPE funcionará em Brasília-DF, na Secretaria de Política Econômica - SPE do Ministério da Fazenda, mantendo relacionamento direto com as unidades co-executoras do Programa, vinculadas aos Ministérios da Justiça, da Ciência e Tecnologia e dos Transportes.

Art. 2º - A UCP/SPE, como unidade responsável pela coordenação da execução do PACE e das ações relacionadas ao Programa junto ao BIRD e aos Ministérios e entidades participantes do Programa, terá as seguintes atribuições específicas:

I apoiar as entidades do Ministério da Fazenda e do Ministério da Justiça, participantes do Programa, na elaboração e implementação de seus programas de trabalho, incluindo a elaboração de termos de referência, condução de processos para aquisições de bens e contratações de serviços especializados;

II coordenar e supervisionar a formalização de acordos/convenções entre os Ministérios e as entidades participantes;

III coordenar as providências voltadas para a solicitação, à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e ao BIRD, de desembolsos do Empréstimo para os componentes relativos ao Ministério da Fazenda, da Justiça e suas entidades;

IV coordenar as medidas necessárias à efetivação de desembolsos da Conta Especial aos participantes dos componentes relativos ao Ministério da Fazenda e da Justiça;

V fomentar e coordenar as propostas de integração das ações e informações entre os Ministérios e entidades participantes do Programa;

VI submeter ao BIRD, semestralmente e por intermédio da STN, as informações financeiras e do progresso dos componentes relativos aos Ministérios da Fazenda e da Justiça, de acordo com os modelos de relatórios financeiros (Statements of Expenditures - SOEs e Report-based Disbursements - FMRs e técnicos estabelecidos no Manual Operacional do Projeto;

VII prestar apoio e disponibilizar informações e documentos aos auditores independentes para a verificação das contas do Projeto;

VIII elaborar, anualmente e por fonte de recursos, sua posta orçamentária;

IX preparar a conciliação da Conta Especial a cada semestre e consolidar, ao término de cada ano, as informações financeiras e do progresso do Programa, providas pelas entidades participantes do Programa.

Art. 3º - A UCP/SPE será composta por:

I um coordenador do Programa, com vasta experiência no setor público e na coordenação de projetos de grande porte, ocupante de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, código DAS-102.4, do Ministério da Fazenda;

II no apoio técnico, 2 (dois) técnicos especialistas, funcionários do Ministério da Fazenda;

III no apoio administrativo e financeiro, 4 (quatro) consultores contratados por organismo internacional de cooperação, com recursos do Programa, observadas as disposições do Decreto nº 5.151 de 22 de julho de 2004, sendo:

a) 2 (dois) técnicos especialistas da área financeira com conhecimentos em procedimentos financeiros do agente financiador BIRD;

b) 2 (dois) técnicos especialistas da área administrativa com conhecimentos na aplicação dos procedimentos e normas do agente financiador BIRD, em aquisições e contratações de serviços especializados de consultoria.

§ 1º - Os órgãos do Ministério da Fazenda, especialmente a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Unidade de Coordenação de Programas (UCP) da Secretaria Executiva e a Escola de Administração Fazendária (ESAF), prestarão todo apoio necessário ao desenvolvimento das atividades afetas à UCP/SPE.

§ 2º - O Coordenador da UCP/SPE, consultado o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, poderá, observado o disposto no Decreto nº 5.151, de 2004, propor ao organismo internacional cooperante a contratação de serviços técnicos de consultoria de pessoa física ou jurídica, para realizar tarefas eventuais no âmbito de atuação do Programa

§ 3º - O Coordenador da UCP/SPE será indicado pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e os demais integrantes, pelo Coordenador da UCP/SPE.

Art. 4º - A UCP/SPE poderá utilizar os serviços da Agência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como agente de cooperação técnica para a sua implantação e funcionamento, incluindo a seleção e contratação de serviços especializados de consultoria, aquisição de bens e materiais, pagamentos de fornecedores, observadas as condições estabelecidas no Contrato de Empréstimo do BIRD, as disposições do Decreto 5.151, de 2004, e o subitem 8.2 da Decisão nº 178/2001 - Plenário - TCU (DOU de 18/04/2001).

Art. 5º - A UCP/SPE manterá estreito relacionamento com os órgãos e as entidades participantes do Programa, constantes do contrato de Empréstimo, especialmente no que diz respeito à solicitação de desembolsos, movimentação da Conta Especial, consolidação das prestações de contas e relatórios de progresso do Programa junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e ao BIRD.

Art. 6º - A UCP/SPE manterá um sistema de administração financeira, especialmente desenvolvido para o acompanhamento financeiro e produção de relatórios exigidos pelo BIRD.

Art. 7º - As dúvidas e os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

ANTONIO PALOCCI FILHO

PORTARIA Nº 260, DE 16 DE SETEMBRO DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 12 do Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, alterado pelos Decretos nº 5.027, de 31 de março de 2004, nº 5.094, de 1º de junho de 2004, e nº 5.178, de 13 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de que tratam os Anexos IV e V do Decreto nº 5.027, de 31 de março de 2004, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PALOCCI FILHO

ANEXO I

ACRÉSCIMO AOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2004 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2003.
(ANEXO IV DO DECRETO Nº 5.027, DE 31 DE MARÇO DE 2004.)

**ACRÉSCIMO
R\$ MIL**

ÓRGÃOS ORÇAMENTÁRIAS	E/OU UNID.	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
52000 - MIN. DA DEFESA		6.000	0	0	0

Fontes: 100, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 120, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 164, 166, 168, 172, 174, 175, 176, 180, 185, 246, 247, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

REDUÇÃO AOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2004 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2003.
(ANEXO V DO DECRETO Nº 5.027, DE 31 DE MARÇO DE 2004.)

**REDUÇÃO
R\$ MIL**

ÓRGÃOS ORÇAMENTÁRIAS	E/OU UNID.	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
52000 - MIN. DA DEFESA		6.000	0	0	0

Fontes: 150, 181, 250, 281e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

DESPACHOS DO MINISTRO

Processo nº:17944.000886/2004-76.

Interessado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assunto: Cancelamento de títulos de emissão do Tesouro Nacional, denominados Discount BondS, no valor nominal total de US\$ 1,902,000.00 (um milhão e novecentos e dois mil dólares norte-americanos), em decorrência do pagamento antecipado, pela Caixa Econômica Federal, de dividendos com os títulos da dívida externa brasileira Discount Bonds.

Despacho: Com fundamento no disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.167-53, de 23 de agosto de 2001, na Portaria MF nº 101, de 26 de abril de 2001, e tendo em vista os Pareceres, Notas e Memorandos da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo o cancelamento dos títulos.

Em 16 de setembro de 2004

Processo nº: 00190.005975/2003-95

INTERESSADO: CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS. ASSUNTO: Contrato da Sexta Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a ser celebrado entre a União e o CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS, no montante bruto de R\$ 588.317,72 (quinhentos e oitenta e oito reais, trezentos e dezessete reais e setenta e dois centavos), posição de 1º de abril de 2003, a ser devidamente atualizado.

DESPACHO: Com fundamento na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e tendo em vista os Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a contratação mediante a apresentação das certidões negativas de débito pertinentes, na forma da legislação em vigor.

ANTONIO PALOCCI FILHO

**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL**

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22,
DE 15 DE SETEMBRO DE 2004**

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DA 1ª REGIÃO FISCAL, EM EXERCÍCIO, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 226 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, no parágrafo único do art. 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 2 de outubro de 1992, e o constante do Processo nº 10120.003418/2002-36, declara: